

VISÃO

aj



Nº 368 • 30 MARÇO A 5 DE ABRIL 2000 • 450\$00 • €2,25

OURO CONFIDENCIAL PARA FATIMA



- Dádivas dos fiéis eram derretidas e transformadas em barras, depositadas num banco, numa conta ilegal
- Santuário autorizou a sua venda, desde que fossem repostas, e chegou a ter um crédito de 258 quilos
- Parte deste crédito foi pago com 50 quilos de ouro nazi

O GRANDE GATSBY, DE F. SCOTT FITZGERALD, POR APENAS + 450s



EXCLUSIVO

OURO

O QUARTO SEGRETO

PORTUGAL

O Santuário de Fátima teve ouro nazi depositado numa conta bancária, nos anos 70. Ao todo, 50 quilos, da Casa da Moeda Prussiana — *Berlim-1942*. A VISÃO revela essa extraordinária história, até hoje absolutamente secreta. Tudo começou quando o Santuário decidiu autorizar a venda das suas barras de ouro, feitas com as peças oferecidas pelos crentes a Nossa Senhora de Fátima, e depois enviadas para um banco, no Porto, a fim de serem derretidas



MAZZI

SEGREDO DE FÁTIMA

MIGUEL CARVALHO

Na Casa da Moeda Prusiana, nunca se brincou em serviço. Era a principal máquina da Alemanha de Hitler para derreter o produto do extermínio e das pilhagens nazis, que deixaram um bom naco da Europa em fiapos e cinzas. Em 1942, foi ali parar também o ouro amoedado, roubado aos holandeses e que, num ápice, acabou fundido e transformado em barras, prontas a transaccionar. Diz quem sabe que este tipo de barras é o único onde poderá ter sido misturado ouro roubado aos judeus,

nos campos de concentração. Incluindo Auschwitz. Mas, até ver, as barras não falam. Muitas permanecem ainda hoje incógnitas, sem rasto ou paradeiro que se fareje, sem passado nem memória. Contudo, pelo menos quatro delas, totalizando perto de 50 quilos, apareceram, em 1976, num país à beira-mar plantado: estavam depositadas numa conta do Santuário de Fátima, na sede do antigo Banco Pinto de Magalhães (BPM), no Porto, juntamente com outros lingotes.

Só agora, 25 anos depois e após uma investigação de meses, a VISÃO está em condições de revelar os elementos que atestam o facto de o Santuário ter depositado em seu nome ouro criminoso e moralmente comprometedor. Um segredo nunca confessado, tal como outros

que o desfiar da meada acabaria por desvendado. De resto, esse ouro nazi até passou de fininho, sem se dar por ele, no âmbito de uma mega-investigação a supostas irregularidades no BPM, iniciada após as nacionalizações de 11 de Março de 1975.

Foi nessa altura, de facto, que a Polícia Judiciária do Porto esbarrou nos depósitos de ouro do Santuário de Fátima. Mas, à época, os agentes limitaram-se a averiguar se a venda de uma determinada quantidade desse ouro por parte do banco tipificava crime de abuso de confiança. Como o Santuário tinha autorizado tais negócios, o assunto foi encerrado. O ouro nazi continuou, assim, adormecido e até o processo acabaria por ser dado como extinto, já nos anos 80 — e num ▶





PAPA PIO XII
O Sumo Pontífice dirige uma rádio-mensagem aos peregrinos de Fátima, falando pela primeira vez em português. À esquerda reconhece-se monsenhor Montini, futuro Paulo VI



NOSSA SENHORA PEREGRINA
A 7 de Abril de 1942, em plena II Guerra Mundial, a imagem sai, pela primeira vez, do Santuário

DEPÓSITO EM OURO NA CONTA DO SANTUÁRIO DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

1) - Barras já identificadas na relação de 27/5/75

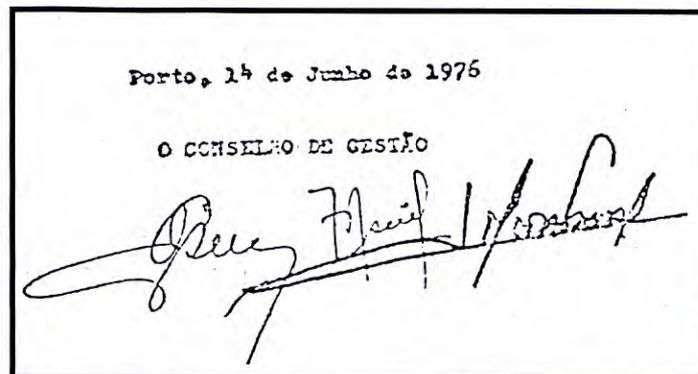
1 BARRA - PREUSS STAATS MUNZE - BERLIN - 2046/3 (1942) -----	PESO 13.934,10 - Toque	500g/m	OURO FINO	12.540,69 Gr
1 BARRA - PREUSS STAATS MUNZE - BERLIN - 2046/9 (1942) -----	PESO 13.694,00 - Toque	900g/m	OURO FINO	12.324,60 Gr
1 BARRA - PREUSS STAATS MUNZE - BERLIN - 2046/10 (1942) -----	PESO 13.841,00 - Toque	900g/m	OURO FINO	12.456,90 Gr
1 BARRA - PREUSS STAATS MUNZE - BERLIN - 2046/11 (1942) -----	PESO 13.549,50 - Toque	900g/m	OURO FINO	12.194,55 Gr
32 BARRAS - MARCA DANILÃO - Pesando na quilo cada -----	PESO 32.000,00 - Toque	1000g/m	OURO FINO	32.000,00 Gr
1 BARRA - METALX PRECIEUX - NEUCHÂTEL - 10.954 -----	PESO 1.000,00 - Toque	999,9g/m	OURO FINO	1.000,00 Gr
1 BARRA - ARGOR, S.A. - CHIASSO - 331700 -----	PESO 1.000,00 - Toque	999,9g/m	OURO FINO	1.000,00 Gr

► O QUARTO SEGREDO DE FÁTIMA

momento de grandes impasses jurídicos - com a morte de Pinto de Magalhães. O banqueiro era admirado, no Porto, e tido, na generalidade, como benemérito e incapaz das diatribes financeiras de que o acusavam. A história do ouro de Fátima, essa, ficou por contar. Talvez à espera do dia em que as barras nazis finalmente... falassem.

Era uma vez o 'cascalho'...

No princípio, era o «cascalho». Foi desta forma que os responsáveis do Santuário de Fátima sempre baptizaram o ouro velho ou deteriorado que os devotos ofereciam, nas suas peregrinações: fios, argolas, brincos, alfinetes, alianças ou aparentados. Ouro esse que, sobretudo a partir de 1959, o Santuário achou

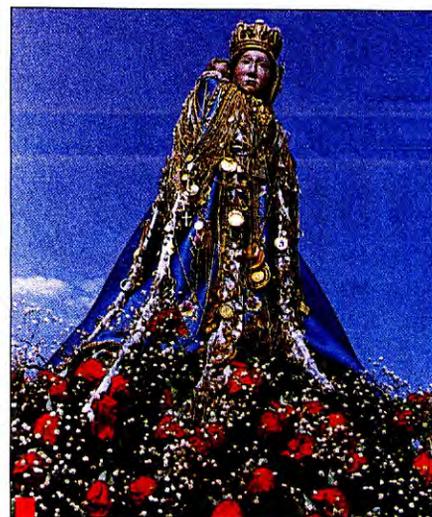


por bem começar a derreter e a transformar em barras, guardando-o nos seus cofres. Porém, em 1970, e por razões de segurança, foi decidido recorrer ao depósito nos cofres do Pinto de Magalhães, no Porto. Aí, e para esse efeito, o Santuário possuía uma conta designada «Não-oficial» ou «Conta 2», e por isso considera-

da ilegal. À luz da contabilidade oficial, o resultado era simples: o ouro do Santuário, pura e simplesmente, não existia.

Foi em Outubro daquele, 1970, que o banco, a braços com dificuldades em importar ouro para vender aos balcões, decidiu colmatar a falta, recorrendo ao do Santuário que ali se encontrava na si-

A MARCA NAZI
Nota enviada pelo banco ao Santuário, com identificação de barras em depósito - já constante, como se vê, de uma relação de 1975. As quatro primeiras são as de ouro nazi, cunhadas em Berlim, em 1942



NOSSA SENHORA DA URTIGA
Alvo de veneração antes da Senhora de Fátima, coberta com o ouro dos fiéis

SANTUÁRIO DE NOSSA SENHORA DA FÁTIMA
FÁTIMA - PORTUGAL
TELEF. 97102

Fátima, 25 de Maio de 1973
BANCO PINTO DE MAGALHÃES
PORTO

Ex.mos srs.

Nesta data fazemos entrega ao Ex.mo senhor João Ferreira, gerente da v/ Agencia, de Fátima, de 3 pacotes contendo 4 sacos de plástico com diversos objectos de ouro velho (cascalho), com fios, argolas, brincos, broches, alianças, etc. a fim de se reduzir a barra como habitualmente nos têm feito.

Permitimo-nos indicar os pesos que obtivemos (grosso modo):

- 1 saco com 6,840
- 1 saco com 11,700
- 1 saco com 5,175
- 1 saco com 3,400

total. 32,115

Pedimos que oportunamente nos deem nota do peso obtido e das barras apuradas.

Com protestos de muita consideração subscrevemo-nos

De V.Ex.cias
Muito Atentamente
O reitor

António Magalhães

tuação de guarda à confiança. Eram, então, quase 198 quilos. Os contactos para obter a anuência do reitor, monsenhor António Borges (já falecido), foram efectuados por um emissário do próprio Pinto de Magalhães. E acabaram bem sucedidos, com uma condição imposta pelo Santuário: o banco poderia fazer o que

muito bem entendesse com o ouro, mas a quantidade utilizada nesses negócios deveria ser restituída na primeira oportunidade. Uma operação financeira posteriormente anulada, destinada a fazer entrar o ouro do Santuário no circuito oficial e a vendê-lo, fez o resto.

O mencionado emissário, Alfredo Bar-

Lisboa, 17 de Julho de 1975

Banco de Portugal
CONFIDENCIAL
2572 ORE
21.7.75

Exm. Comissão Administrativa
Banco Pinto de Magalhães

Exm.ª Senhores,

Tendo chegado ao conhecimento do Banco de Portugal que algumas instituições de crédito detêm, eventualmente, disponibilidades em ouro cuja aquisição teria sido efectuada sem observância das disposições legais aplicáveis e desejando este Banco possibilitar a legalização de tais situações, solicitamos a V.Ex.ª se dignem prestar a este Banco, com a possível brevidade, informação das disponibilidades em ouro dessa Instituição.

A informação pretendida, que será tão pormenorizada quanto possível, deverá conter, relativamente ao mencionado ouro, para além das indicações da quantidade, características e forma sob a qual aquele ouro se apresenta (amoedado, em barra, etc.), também a indicação de como o mesmo ouro foi adquirido.

Somos com consideração,

Responsável pela emissão
31 de Julho 1975
[Signature]

De V.Ex.ªs.
Atos. Vnrcs.
Pelo BANCO DE PORTUGAL
Os Administradores

[Signature]

DOCUMENTOS
Carta do Santuário ao BPM, acompanhando o habitual envio de objectos de ouro velho, designado como «cascalho», para ser reduzido a barra (note-se a referência aos objectos e a especificação do peso). É carta «confidencial» do Banco de Portugal ao BPM, solicitando informação sobre as suas disponibilidades em ouro

ANTÓNIO LOUÇÃ

'As barras são de ouro roubado pelos nazis'

Historiador e autor do livro *Negócios com Nazis*, António Louçã investiga a questão do ouro nazi, há vários anos. Já consultou arquivos na Suíça, Alemanha, França e Israel. E agora analisou os dados a que a VISÃO teve acesso.

V.: Que barras são aquelas que constavam do depósito em ouro do Santuário?

ANTÓNIO LOUÇÃ: Barras derretidas em 1942 pela Casa da Moeda Prussiana só podiam ser de ouro roubado pelos nazis. Nesse ano, segundo os serviços de informação dos Aliados ocidentais, o Reichsbank já tinha esgotado as suas reservas de ouro legal, ou seja, ouro do pré-Guerra. No período a que se referem as barras, tinha-se iniciado a fundição do ouro roubado. As barras em questão dizem respeito, provavelmente, a ouro holandês amodado que a Casa da Moeda Prussiana derreteu e transformou em barras.

V.: Que diferença existe entre as barras do Santuário e as barras normais?

A.L.: Estas barras são consideradas *good delivery*, ou seja, conformes aos padrões internacionais praticados entre os bancos centrais. Possuem um teor de ouro superior ao do ouro que se utiliza para fazer, por exemplo, peças de ourivesaria. Embora possa nunca se vir a provar que veio para Portugal ouro judeu dos campos de concentração ou confiscado a pessoas individuais, este é o único tipo de barras onde pode ter havido uma mistura desse género. As únicas transaccionáveis por bancos centrais e nas quais houve alguma mistura desse ouro são aquelas que se fizeram a partir de moedas. Como estas, com toda a probabilidade...

V.: Oficialmente, quanto ouro nazi é que Portugal recebeu?

A.L.: Através do depósito C do Banco Nacional Suíço, recebeu cerca de 48 toneladas, mas quatro foram devolvidas. Se contabilizarmos os depósitos A, B e C terá recebido à volta de 123 toneladas. Mas existiu um canal paralelo de entrada de ouro e esse não é controlável. Segun-



do um documento do Reichsbank, só no mês de Junho de 1944 entrou por mala diplomática uma quantidade de ouro relevante para cobrir os gastos da Legação Alemã em Portugal. Ia para os cofres da Legação e, depois, era colocado no mercado, vendido a ourivesarias ou outras entidades particulares.

V.: É possível identificar o circuito das barras que estiveram na posse do Santuário?

A.L.: É impossível estabelecer uma pista mais provável. Era importante saber como é que esse ouro foi parar ao Banco

► O QUARTO SEGREDO DE FÁTIMA

razoável de peças doadas pelos peregrinos. Várias cartas testemunham esses envios, embora parte da correspondência trocada entre o BPM e a reitoria de Fátima tenha desaparecido sem deixar rasto quando se encontrava, a pedido da PJ, à guarda do banco. Na maioria dos casos, as missivas do Santuário descreviam ao pormenor a «encomenda» e o banco respondia dando conta do peso final desse ouro, já em barra, e agradecendo a confiança nele depositada. Outras cartas ilustram apenas o bom relacionamento entre a entidade religiosa e a sua correspondente financeira, tendo o Santuário louvado, não poucas vezes, a amabilidade com que os seus enviados – incluindo, por vezes, o próprio reitor – eram recebidos na sede do BPM.

O ouro em falta

Os protagonistas e o objecto destas operações garantiam a necessária reserva

JOSE CARLOS PRATAS





LUCILIA MONTEIRO

INVESTIGAÇÃO

O historiador António Louçã não tem dúvidas: as barras da Casa da Moeda Prussiana só podiam ser de ouro roubado pelos nazis

Pinto de Magalhães (BPM), mas há uma lacuna de décadas e não creio que, alguma vez, se possa reconstituir completamente o percurso. Os franceses elaboraram mesmo relatórios referindo ser muito difícil seguir a pista do ouro que foi parar aos bancos comerciais. A partir da primeira metade de 1943, há indícios e relatórios dos serviços de informação britânicos a dizer que o Banco de Portugal se estava a desfazer de uma parte do seu ouro comprometedor. Os destinatários dessas operações eram, na grande maio-

ria, os bancos comerciais. E esses terão, naturalmente, continuado a transaccionar entre si e com outras entidades particulares o ouro que receberam. É natural que, mais tarde, o BPM tenha recebido algum desse ouro.

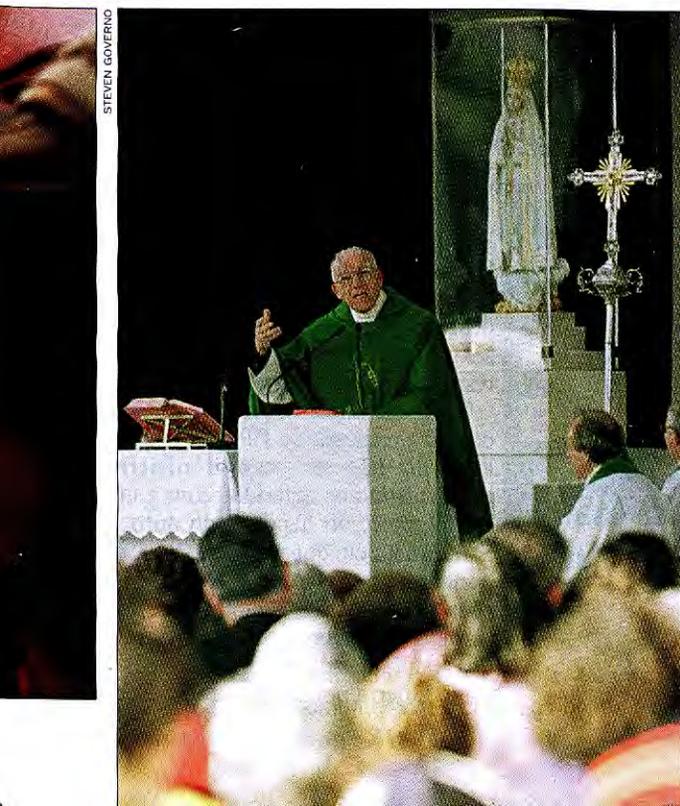
V.: Em que ponto se encontra a investigação sobre o ouro nazi em Portugal?

A.L.: Ainda há muito a fazer. É evidente que o Governo pretendeu encerrar o tema com dois relatórios: o da Comissão Soares e, mais recentemente, um outro, a pedido do Ministério dos Negócios Es-

trangeiros, da autoria do professor António Telo. Nenhum esgota o tema, são até contraditórios e deixam de pé várias questões. A que precisa de maior esclarecimento diz respeito à relação entre as mercadorias exportadas de Portugal para a Alemanha e o ouro do Reichsbank que entrou nos cofres do Banco de Portugal. O valor do ouro que entrou era muito superior ao dos défices comerciais que os alemães tinham de compensar. O primeiro passo para se poder continuar uma investigação é verificar essa disparidade, mas ela não é explicada em nenhum dos relatórios. O da Comissão Soares, então, tem muitas omissões, duas delas especialmente graves: não fala do armamento comprado à Alemanha por Portugal e ignora as transacções efectuadas através das contas A e B do Banco Nacional Suíço, as tais que permitiam comprar barras «alemãs» como se de ouro suíço se tratasse.

V.: Admite que as conclusões da Comissão Soares possam constituir um branqueamento de eventuais surpresas futuras em relação ao ouro nazi?

A.L.: É uma interpretação possível. Ao aceitar presidir a essa comissão, Mário Soares disse ser preciso não branquear nem desculpar o salazarismo e tomar em conta o interesse nacional. Depois disto, convém perguntar-lhe o que ele entende por interesse nacional. ■



STEVEN GOVERNO

PEREGRINOS (À ESQUERDA) E O REITOR DO SANTUÁRIO, MONSENHOR LUCIANO GUERRA

A Reitoria recusa-se a prestar declarações sobre «assuntos relacionados com o ouro ou o dinheiro do Santuário»

em relação ao assunto. Mas o melindre das movimentações saltava aos olhos, como o próprio Alfredo Barros acabaria por reconhecer à PJ. Sempre houve cuidado em preservar os movimentos do ouro, dos depósitos e outros valores, dada a mística das ofertas, afirmou ele. Daí a escolha de uma conta não-oficial. Um dos técnicos de contas do BPM, em depoimento também prestado à PJ, aludiu, por seu lado, ao facto de, naquele processo, não se poderem ignorar os princípios de religiosidade e inerente sigilo, que deviam ou deveriam ter orientado os responsáveis do Santuário. A verdade é que, chegado o 25 de Abril de 1974, o Santuário era já credor de quase 258 quilos de ouro. O BPM não tinha conseguido repor a grande maioria do ouro que vendeu. E os tempos que se seguiriam não iriam ajudar muito à tarefa, dada a escassez do metal, provocada pela retracção do mercado. Mas lá chegaremos.

As nacionalizações decorrentes do 11 de Março de 1975, entretanto, apa- ▶

► O QUARTO SEGREDO DE FÁTIMA

nham Pinto de Magalhães em viagem de negócios no Brasil. Tão cedo não regressaria. O Estado deita mão ao banco e, logo depois, a PJ começa a investigar as alegadas irregularidades financeiras, com base numa participação-crime efectuada pelo Conselho Fiscal do próprio BPM. O ouro do Santuário foi uma de muitas matérias averiguadas. Estranhamente, o caso não teve repercussão pública e, só um ano depois, o jornal *o diário* faria referência às diligências da PJ. Sobre ouro de Fátima, apenas duas ou três linhas para insinuar o seu desvio dos cofres. Até hoje, nada mais. Na altura, porém, a notícia foi o suficiente para preocupar monsenhor Luciano Guerra, reitor do Santuário de Fátima desde Fevereiro de 1973 e ainda hoje em funções. Embora tenha visto com os próprios olhos parte dos depósitos em ouro do Santuário numa visita ao banco, ele viria a apanhar o comboio já em andamento.

Ouro nazi espreita

Assim, a 3 de Maio de 1976, monsenhor Luciano Guerra escreveu uma carta ao Conselho de Gestão do BPM. Pretendia saber, basicamente, o que se passava com o ouro de Fátima e quanto se encontrava depositado. A resposta só surgiu mais de um mês depois. Os gestores confirmavam apenas a existência de cerca de 106 quilos de ouro em barra, 14 dos quais haviam sido adquiridos recentemente e restituídos ao depósito do Santuário. O Conselho de Gestão lamentava ainda não poder assumir o compromisso de refazer a totalidade do depósito em prazo determinado, apesar dos esforços



MARCOS MAURÍCIO

Santuário, SA

O dinheiro, em Fátima, anda sobre rodas. Literalmente. Quem já viu os túneis que serpenteiam no subsolo do Santuário, diz que «fazem lembrar as minas, com vagões, carris e tudo». À partida, dinheiro que lá cai não volta a sair. Mas, até há pouco tempo, havia quem recorresse ao golpe da fita-cola, enrolando-a na ponta de um fio para «assaltar» as caixas das esmolas: vinham sempre umas notas e moedas agarradas, mas a colheita começou a dar nas vistas. Discretas, sim, são as carrinhas que, duas a três vezes por semana, se deslocam ao Santuário para recolher as entregas dos devotos e distribuí-las por vários bancos. Por vezes, podem carregar-se mais de mil contos só em moedas.

O Santuário é que não fala dessas coisas.

As contas de Fátima não são públicas. Mas, segundo alguns, até deveriam ser. Só assim se provaria, dizem, que não é tanto como se pensa o dinheiro que ali entra. De acordo com fontes conhecedoras destes meandros financeiros, contactadas pela VISÃO, só o total de verbas recolhidas nos ofertórios, a venda de velas e a vasta panóplia de celebrações, ascenderá a mais de 600 mil contos/ano. O que não é difícil, tendo em conta os 6 milhões de peregrinos que, em média, visitam o local. Na prática, será sempre um exercício difícil avaliar todo o dinheiro que entra e sai de Fátima. Na certeza, porém, de que a beatificação dos pastorinhos pelo Papa é já considerada, nesta perspectiva, um verdadeiro... *jackpot*.



CALDAS DA RAINHA, 1942
A imagem de Nossa Senhora Peregrina é transportada num carro da Legião Portuguesa

desenvolvidos. Isto embora, após conversações com a administração do Banco de Portugal, tenha ficado estabelecido que o Santuário podia levantar todo o depósito, em espécie ou numerário, quando o desejasse. A verdade é que o Santuário sempre se recusou a receber o valor correspondente ao ouro em falta.

Enigmático, contudo, é um dos pontos da carta-resposta do BPM ao reitor. Nele se diz não ser possível «determinar eventuais lucros auferidos com a utilização de parte do depósito do ouro desse Santuário, pelo que não podemos corresponder à pretensão de V. Reva...». As razões pelas quais a Reitoria estaria interessada em saber dos eventuais dividendos resultantes daqueles negócios, só Luciano Guerra poderá esclarecer. E isto ►



MARCOS MAURÍCIO



MARCOS MAURÍCIO

QUEIMA DE VELAS

Fátima continua a ser um local de peregrinação frequentado, anualmente, por milhões de pessoas

ESMOLAS

Não se sabe ao certo qual o montante das ofertas dos fiéis. Em dinheiro e em peças de ourivesaria

► **O QUARTO SEGREDO DE FÁTIMA**

porque a sua carta ao BPM é uma das que, aparentemente, não sobrou para a história.

Em cena entrou, então, o ouro nazi. E sem camuflagens de qualquer espécie. À carta-resposta que enviou a Luciano Guerra, o Conselho de Gestão do BPM

juntou, em anexo, uma relação de todas as barras que, a 14 de Junho de 1976, faziam parte do «depósito em ouro na conta do Santuário de Nossa Senhora de Fátima». E lá apareciam, bem identificados no topo da folha, quatro lingotes *Preuss Staats Meunze - Berlin - 1942*, cada um com um peso superior a 12 quilos e já identificados numa anterior relação daquele ban-

co, elaborada a 27 de Abril de 1976.

A data e a origem desse ouro não oferecia dúvidas. Tinha sido roubado pelos nazis e fundido no auge do III Reich, na Casa da Moeda Prussiana. E destacava-se numa listagem de diversas barras, entre outras aparentemente «inofensivas». A todas, o Santuário de Fátima chamou-lhes suas. Sem nunca contestar a proveniência.

Novidade absoluta na Bolsa de Lisboa

Banco 7 lança comissão única de 7 euros

Agora, para comprar e vender títulos na Bolsa de Lisboa, os clientes do HomeBanco 7 pagam uma comissão única de 7 euros, menos de 1.500\$00, independentemente do valor do investimento realizado - anunciou a Direcção de Marketing do Banco 7.

Num comunicado que revolucionou o mercado bancário português, o Banco 7 anunciou que passará a cobrar uma comissão bancária e de corretagem de apenas 7 euros, menos de 1.500\$00, independentemente do montante investido, válida para todas as transacções na Bolsa de Lisboa executadas pelos seus clientes através do HomeBanco 7.

Saliente-se que os intermediários do mercado bolsista operam, tradicionalmente, em função de uma percentagem que aplicam sobre o valor total da ordem de compra ou venda executada em Bolsa. Este custo pode, portanto, atingir valores extremamente

elevados para o investidor.

O HomeBanco 7 - o Banco 7 na internet - continua a disponibilizar aos seus clientes todas as vantagens e benefícios de um banco directo de serviço completo.



www.banco7.pt

Porque não tem agências, o Banco 7 pode oferecer melhores condições aos seus clientes.

Serviço de Alerta

O serviço de Alertas criado pelo Banco 7 ajuda os clientes a gerir mais facilmente os seus investimentos na Bolsa. Este serviço do HomeBanco 7 avisa automaticamente o cliente, uma vez por dia, quando as acções de até 5 empresas do PSI 20, por ele escolhidas, atingirem o valor ou o volume pretendidos.

Esta informação pode ser disponibilizada através de telemóvel ou por e-mail, garantindo assim a maior comodidade e facilidade.

Sistema facilitado de abertura de conta

Não tendo agências, o Banco 7 desenvolveu um sistema simples e rápido de abertura de contas.

Para iniciar este processo e para esclarecimentos adicionais, estão disponíveis 24 horas por dia uma linha gratuita e um site na internet.

www.banco7.pt
800 27 07 07
Chamada Gratuita

Atendimento humano 24 horas por dia, 7 dias por semana.

HomeBanco 7: o seu banco no seu computador

Agora, com o HomeBanco 7 - o serviço de homebanking na internet - é muito mais fácil efectuar todo o tipo de consultas, movimentar as suas contas, fazer pagamentos de serviços, requisitar cheques ou proceder a todo o tipo de transferências bancárias.

Recorrendo à mais actual e sofisticada tecnologia, e colocando-a ao serviço da comodidade dos clientes, o HomeBanco 7 - para além de continuar a ser o mais completo, mais simples e mais rápido do mercado português - oferece-lhe também os mais

elevados níveis de segurança em todas as transacções efectuadas através da internet, sendo o único banco directo de serviço completo em Portugal.

Visitando o site público do Banco 7 na internet - no endereço www.banco7.pt - veja por si próprio como o HomeBanco 7 o ajudará a viver a sua vida do dia-a-dia de modo muito mais fácil e simples. Além do mais, com o Banco 7, pode sempre recorrer ao telefone para efectuar o mesmo tipo de operações. Por isso o Banco 7 é, verdadeiramente, um banco directo.



O VALOR DA FÉ
Em Fátima os crentes pagam as suas promessas, acendem velas e dão valores. Em baixo, aspecto do «ouro das promessas dos doentes das Bodas de Ouro de Fátima»



Refira-se que, hoje, o valor desse ouro nazi ascenderia, segundo cálculos feitos pelo Instituto Nacional de Estatística para a VISÃO, a perto de 127 mil contos.

De onde veio, para onde foi?

É muito difícil, senão impossível, reconstituir o percurso das barras nazis até darem entrada no depósito do Santuário, no BPM, nos anos 70 (ver entrevista com António Louçã). Sabe-se, isso sim, que o banco vinha adquirindo, ainda antes das nacionalizações, barras importadas para repor o ouro de Fátima que ia vendendo. E já depois do 11 de Março de 1975, um documento interno daquela instituição bancária dava conta da aquisição de, aproximadamente, 49 quilos de ouro, correspondentes a barras importadas e adquiridas ao balcão e à CUF.

Três meses depois, o Banco de Portugal enviou uma carta confidencial à Comissão Administrativa do BPM, referindo ter conhecimento de que algumas instituições de crédito deteriam eventuais disponibilidades em ouro, cuja aquisição teria sido efectuada à margem da lei. Por isso, solicitava ao BPM informação sobre as quantidades de ouro disponíveis nos seus cofres, características do mesmo e a forma como foi adquirido. Os esclarecimentos são vagos, mas é nessa altura que os administradores do Banco de Portugal tomam conhecimento, em pormenor, do

caso dos depósitos em ouro do Santuário de Fátima. Verificam, então, a falta de mais de centena e meia de quilos.

Desde essa altura, e em diversas ocasiões, o Banco de Portugal pediu à PJ informações sobre o andamento das investigações relativas ao ouro do Santuário. Em 1978, a situação ainda não tinha sido regularizada, mas seria, talvez, uma questão de tempo ou vontade, pois, desde 19 de Maio de 1977 que havia um ofício do Banco de Portugal a autorizar a compra do ouro necessário para repor as barras em falta. A União de Bancos Portugueses (UBP), resultante da fusão do BPM, do Banco de Angola e do Banco da Agricultura, em finais desse ano estava já em condições de restituir a totalidade do ouro, assim o Santuário o desejasse.

Curioso é o facto de o Banco da Agricultura ter sido então, já nos anos 80, citado como o ramo português do Banco Popular Espanhol, propriedade do grupo Rumasa. Um império de 700 empresas e 20 bancos, erguido, na maioria dos casos, de forma alegadamente fraudulenta, pelo banqueiro José Mateos, e através do qual terá financiado as actividades da Opus Dei. A investigação espanhola trouxe a lume documentos comprovativos de transferências próximas do milhão de contos para contas das empresas da Opus Dei em bancos suíços, efectuadas entre 1979 e 1982. O Banco da Agricul-

tura terá sido, então, uma das primeiras pontes estabelecidas pela Opus Dei em Portugal. Em 1986, o jornalista José Goulão escrevia, no livro *Os labirintos da conspiração*, que Fátima era uma das zonas de maior influência da Opus Dei. E até o bispo de Leiria da época pertenceria à Obra.

Ainda segundo o livro, a Universidade Católica recebia, nessa altura, parte dos lucros obtidos pela Igreja com as actividades religiosas em Fátima. Mas o actual reitor da Universidade desmentiu à VISÃO qualquer «financiamento específico» proveniente de Fátima, na actualidade. Isidro Alves confirma, isso sim, existir um protocolo de cooperação genérico assinado no ano passado, o qual prevê, por parte do Santuário, «a concessão de bolsas para estudantes da Faculdade de Teologia e um possível apoio à construção de uma capela universitária». De resto, «o Santuário terá contribuído para um fundo constituído e administrado pelos patriarcas, cardeais D. Manuel Gonçalves Cerejeira e D. António Ribeiro, com a finalidade de suportar os *deficits* da Faculdade de Teologia, e que hoje se encontra integrado na recentemente criada Fundação D. António Ribeiro».

Epilogo... ou talvez não

Revelaram-se infrutíferas as tentativas da VISÃO para confirmar se o ouro ►

HELENA
ROSETA

Reformar à esquerda

O Parlamento acaba de debater uma das mais importantes reformas de que todos falam, mas a que esquerda e direita dão conteúdos diferentes. Falo da nova Lei de Bases da Segurança Social, para a qual não foi possível encontrar consenso na anterior legislatura. Arriscamo-nos a que o mesmo volte a acontecer. Todos os partidos dizem defender a sustentabilidade da Segurança Social e todos se reclamam da necessidade de aumentar a cobertura da protecção social, ainda muito distante da média europeia. Quais são, afinal, os pontos em desacordo?

Sintetizando, poderíamos dizer que os partidos à esquerda defendem o reforço da contribuição do Orçamento de Estado para a Segurança Social, porque é um dever de solidariedade que cabe ao Estado garantir. Pelo contrário, PSD e PP apostam na abertura ao sector privado, instituindo com maior ou menor rigidez um tecto a partir do qual os descontos de cada pessoa deverão ser canalizados para seguros ou fundos privados de pensões. Ora este é um ponto crucial

da reforma em causa. Fundos de pensões e seguradoras constituem uma das principais componentes do mercado financeiro global. Partir de teses catastrofistas para retirar à segurança social pública a sua parte mais rentável é uma cedência aos *lobbies* financeiros. Cedência que irá desmantelar o essencial do sistema público, transformando-o numa segurança social dos pobres.

A actual redacção da proposta de lei do Governo, embora admita o plafonamento, fá-lo em termos muito restritivos. Desde que se cumpram as transferências do Orçamento de Estado para a Segurança Social, a crise não está à porta.

Quanto à cobertura social, todos os partidos falaram, nas últimas eleições, de aumentos das pensões, sobretudo das mínimas. Mas enquanto PS e PCP têm defendido que deve manter-se um tratamento diferencial, de modo a que quem mais contribuiu mais receba, Durão Barroso prometeu aumentar as pensões mínimas, por igual, para 40 000\$00 e Paulo Portas tem-se

batido por fazê-las convergir com o salário mínimo (65.800\$00). O que não se vê é como compatibilizar tais aumentos com a sustentabilidade financeira do sistema. Ou o que se quer é, precisamente, precipitá-la?

Qual deve ser então a posição do PS? Na Cimeira Europeia, as teses favoráveis à chamada Nova Economia saíram vencedoras, embora o modelo social europeu continue a ser defendido. Veremos como se conciliarão no futuro. Mas, atenção: o nosso sistema de segurança social é bem mais fraco do que o de outros países europeus. É possível e desejável reforçá-lo, o que só acontecerá se for rejeitada a visão ultraliberal e se procurar, na lei de bases, um consenso com o PCP. Ferro Rodrigues já o admitiu e tem razão.

A ameaça de moção de censura de Paulo Portas só revela que o que ele pretende não é reformar a Segurança Social, mas sim liderar o processo. Mesmo que isso signifique ceder aos interesses financeiros dos mais fortes. É tempo de o PS lhe dizer claramente que por aí não vai.

É desejável reforçar o sistema de segurança social se se procurar, na lei de bases, um consenso com o PCP. Ferro Rodrigues admitiu-o, com razão

► O QUARTO SEGREDO DE FÁTIMA

devido ao Santuário foi reposto na totalidade, embora todas as pistas apontem para aí. Quanto ao rasto das barras criminosas, que eram pertença do Santuário de Fátima, esse perdeu-se. Os dados disponíveis não chegam para perceber como os lingotes nazis foram parar ao depósito bancário nem quando saíram ou que uso lhes foi dado. O *puzzle* está incompleto. O padre Mário de Oliveira, autor do livro *Fátima nunca mais*, recorda, a este propósito, uma conversa tida

com o actual reitor do Santuário, há alguns anos, durante o congresso sobre as Aparições de Fátima: «Na altura, disse-me que, por ele, o Santuário já teria apresentado contas do dinheiro que lá entra, mas o bispo de Leiria recusava a ideia. Em seu dizer, a publicação das contas serviria para desfazer a ideia de que Fátima rende muito dinheiro. Foi no correr desta conversa que ele aludiu ao ouro. Disse-me: até tivemos de vender algum do ouro do Santuário para fazer dinheiro para acabar as obras do Centro Paulo VI.» A primeira pedra deste espaço pas-

toral foi benzida a 13 de Maio de 1979, mas não há quaisquer provas de que a construção tivesse sido paga com ouro nazi.

A tudo isto, a Reitoria do Santuário, solicitada pela VISÃO a pronunciar-se, respondeu com o silêncio. «O senhor reitor não fala sobre assuntos relacionados com o ouro ou o dinheiro do Santuário», justificou o secretário de Luciano Guerra. Ficam assim sem resposta as perguntas que resultam dos factos que aqui se revelam. E outras perguntas que se poderão colocar. ■